



Ministério da Fazenda

Desafios do Ajuste Fiscal

*Mansueto Almeida – Secretário de
Acompanhamento Econômico*

20 de setembro de 2017



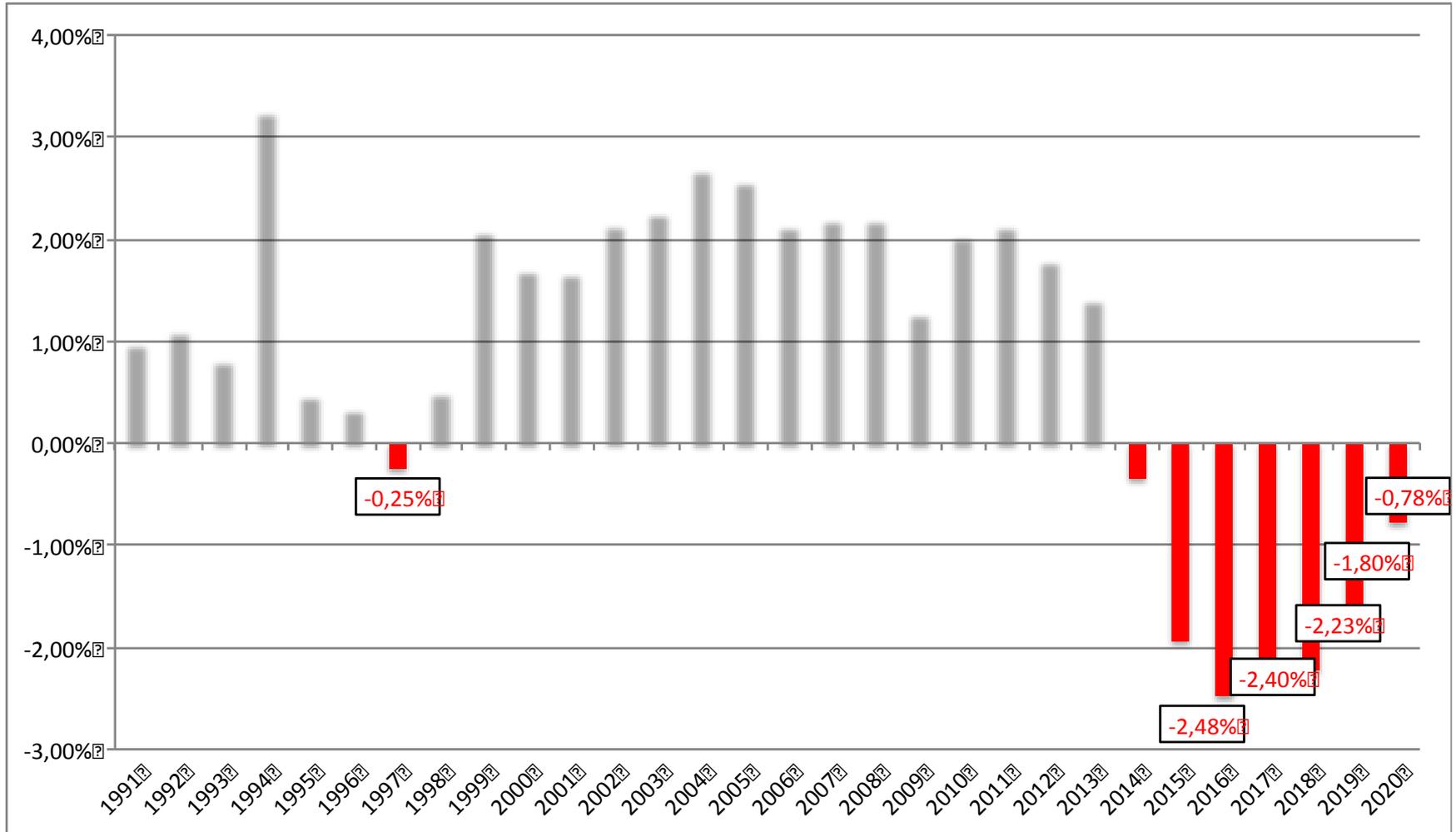
Ministério da Fazenda

Parte I - INTRODUÇÃO

Introdução

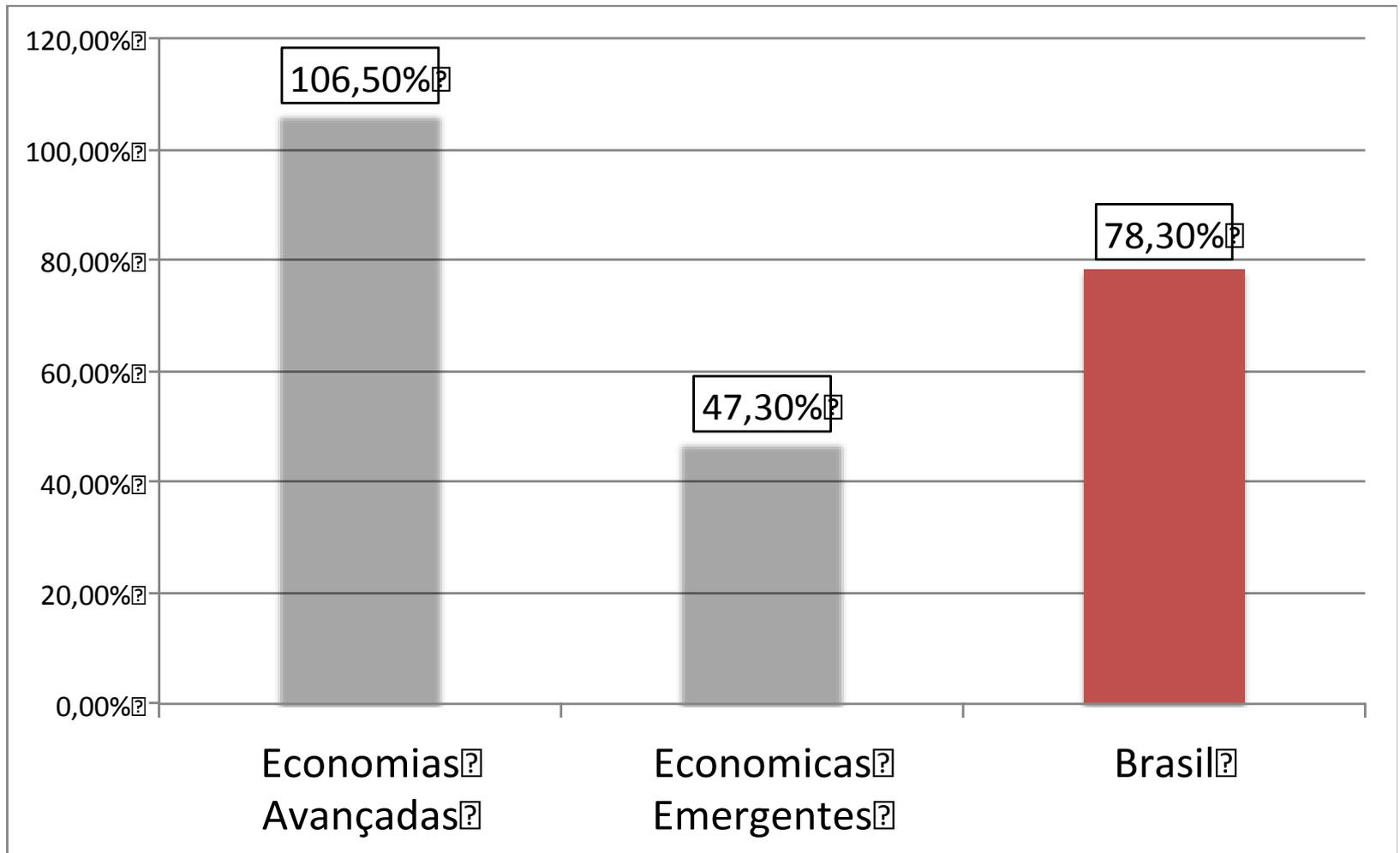
- Desde o início dos anos 90, o Brasil nunca teve uma sequência tão longa de déficits primários;
- O Brasil, para o seu nível de desenvolvimento, tem a segunda maior dívida bruta (% do PIB) entre os países emergentes;
- Ajuste fiscal é necessário. No nosso caso, ele já é muito gradual e dívida pública ainda crescerá.
- A estratégia do ajuste fiscal gradual (EC 95/2016) depende da reforma da previdência. Sem essa reforma, não há como cumprir a regra do teto dos gastos.

Resultado Primário (1991-2020) do Governo Central: Ajuste Gradual- % do PIB



Fonte: BACEN e Tesouro Nacional

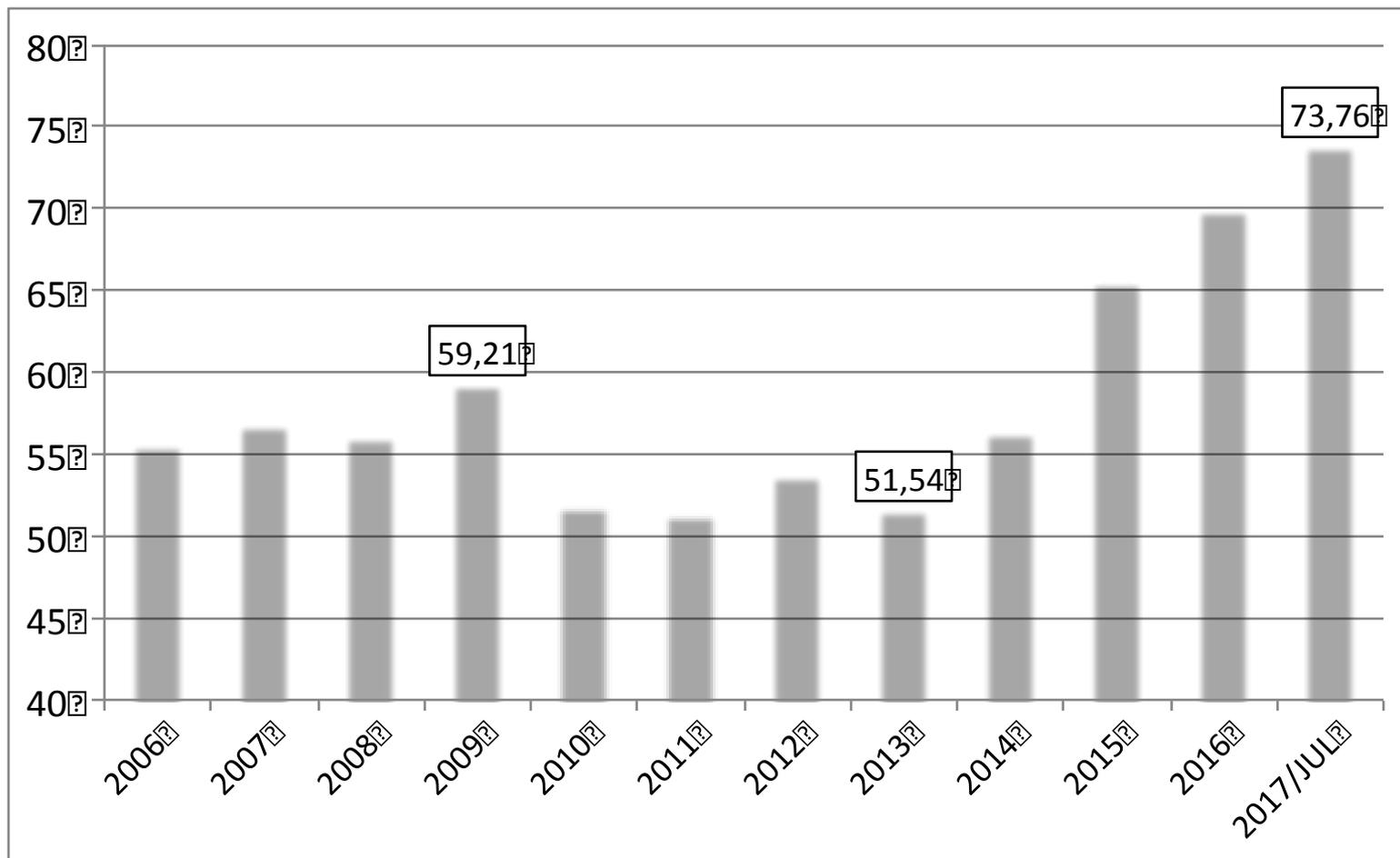
Dívida Pública Bruta - % do PIB 2016 (FMI)



OBS: metodologia do FMI inclui títulos públicos na carteira do Banco Central

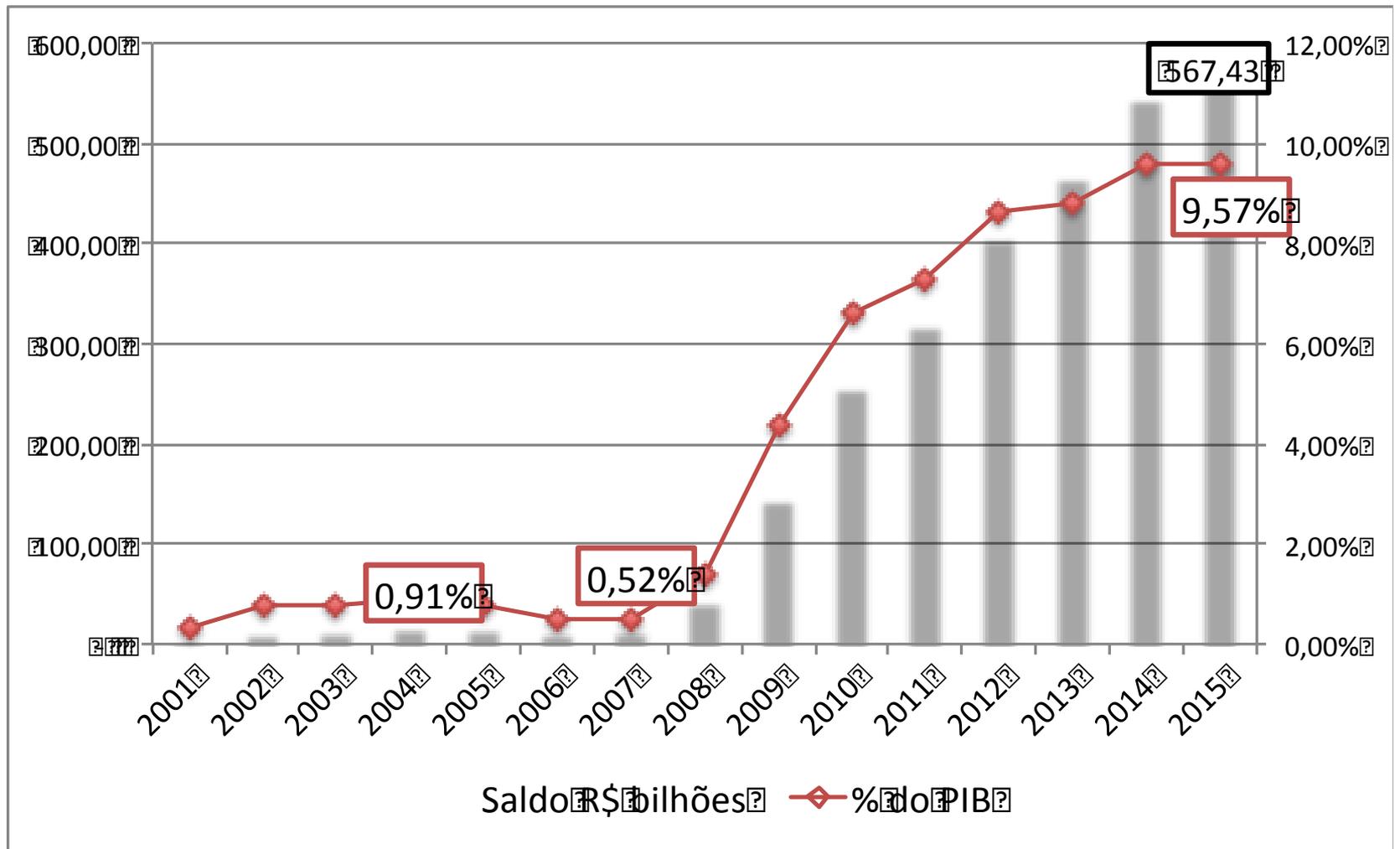
Dívida Pública Bruta como % do PIB – 2008-2017

2017/JUL



Fonte: Banco Central

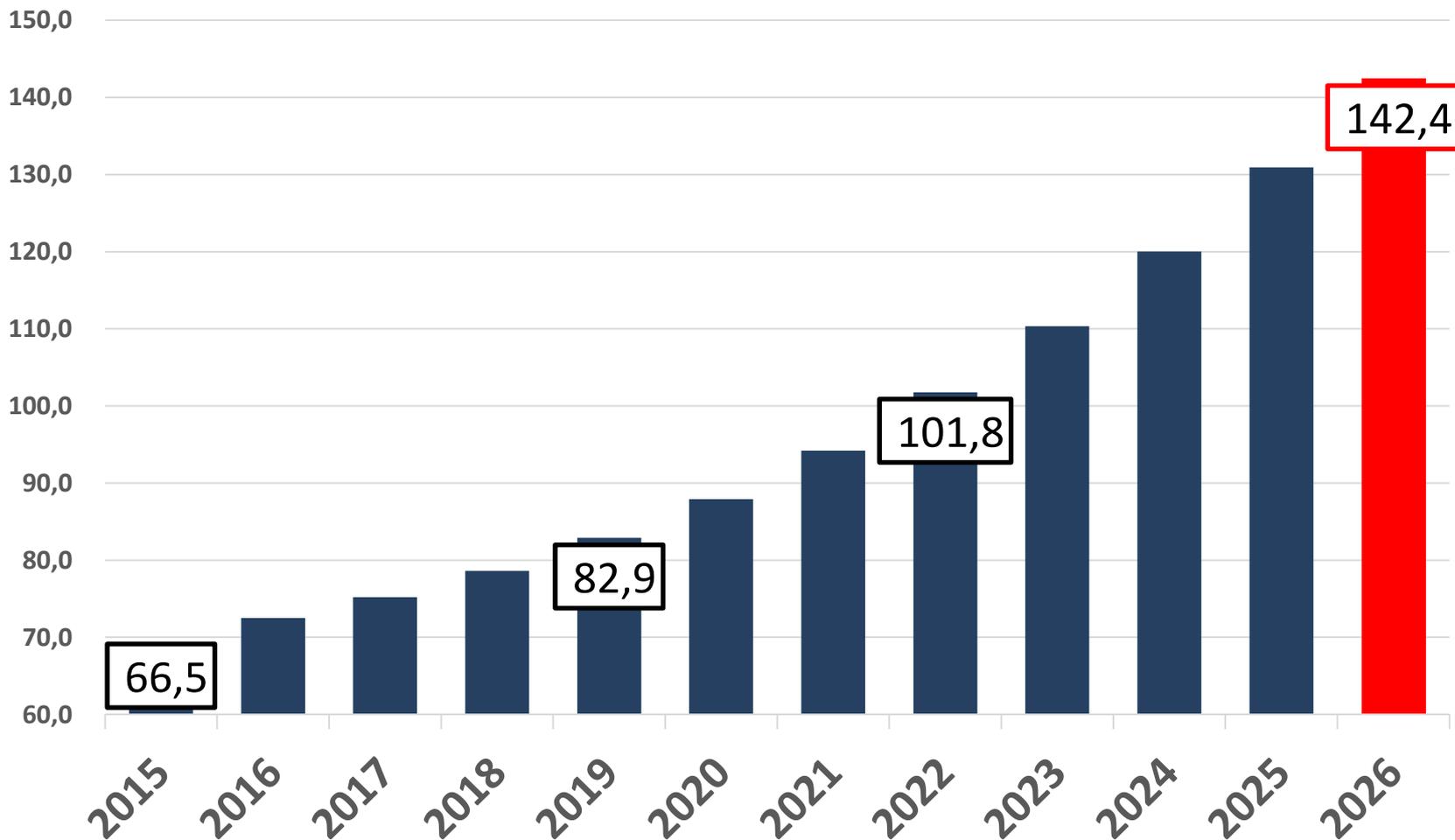
Empréstimos do Tesouro para o BNDES – 2001-2015



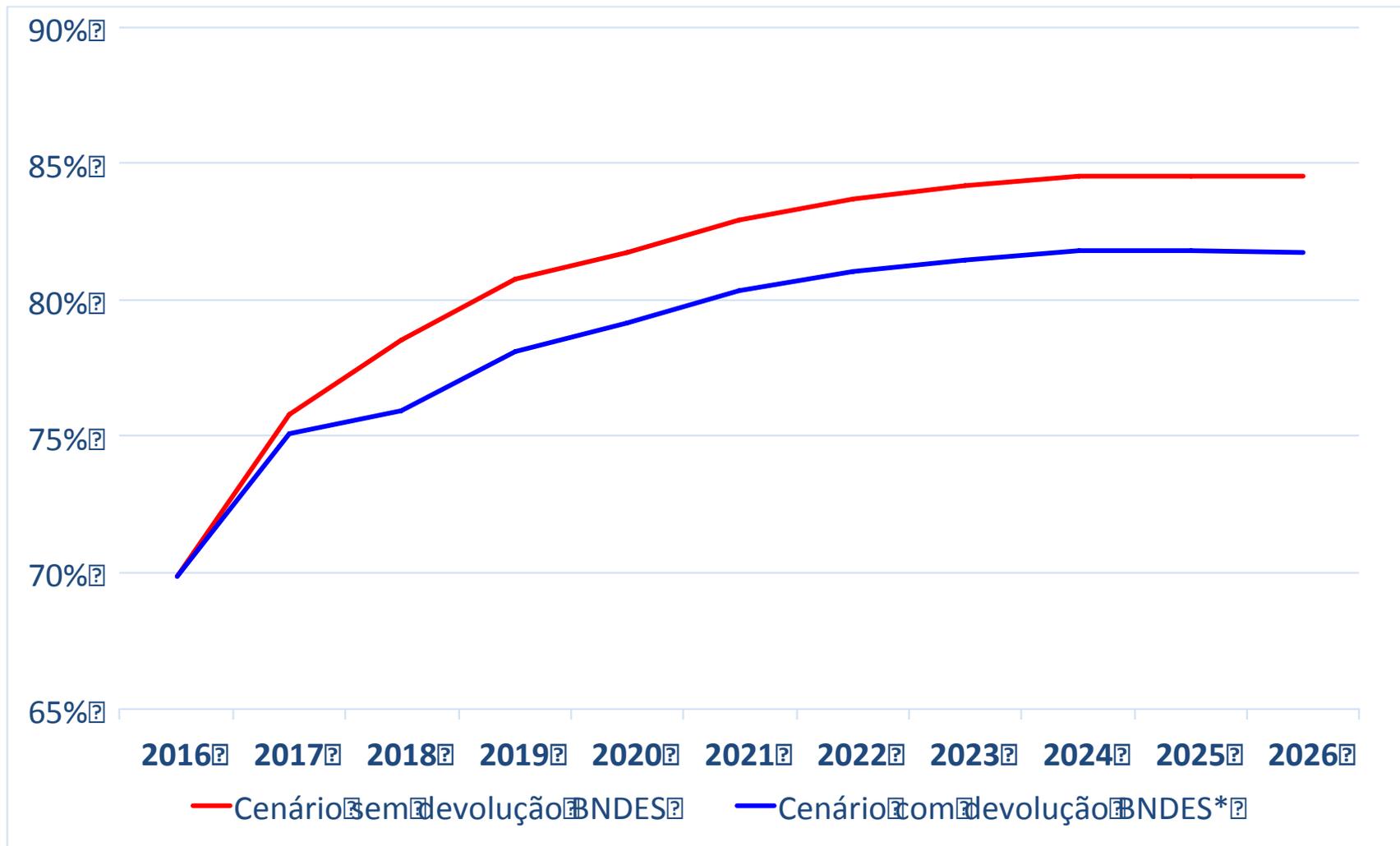
Pontos Importantes

- Estabilização da Dívida Pública Bruta muito sensível ao cenários de juros reais, resultado primário e crescimento da economia;
- Esses dois fatores tiveram forte deterioração entre 2014 e 2016, mas isso já começou a mudar, em 2017; e
- Há a real possibilidade de termos juros reais abaixo de 4%, crescimento real do PIB entre 2,5% e 3% com avanço das reformas.

Dinâmica da Dívida Pública Bruta Brasil – Sem Ajuste Fiscal: Insolvência + inflação



Dinâmica da Dívida Pública Bruta Brasil – Com Ajuste Fiscal (EC 95/2016)

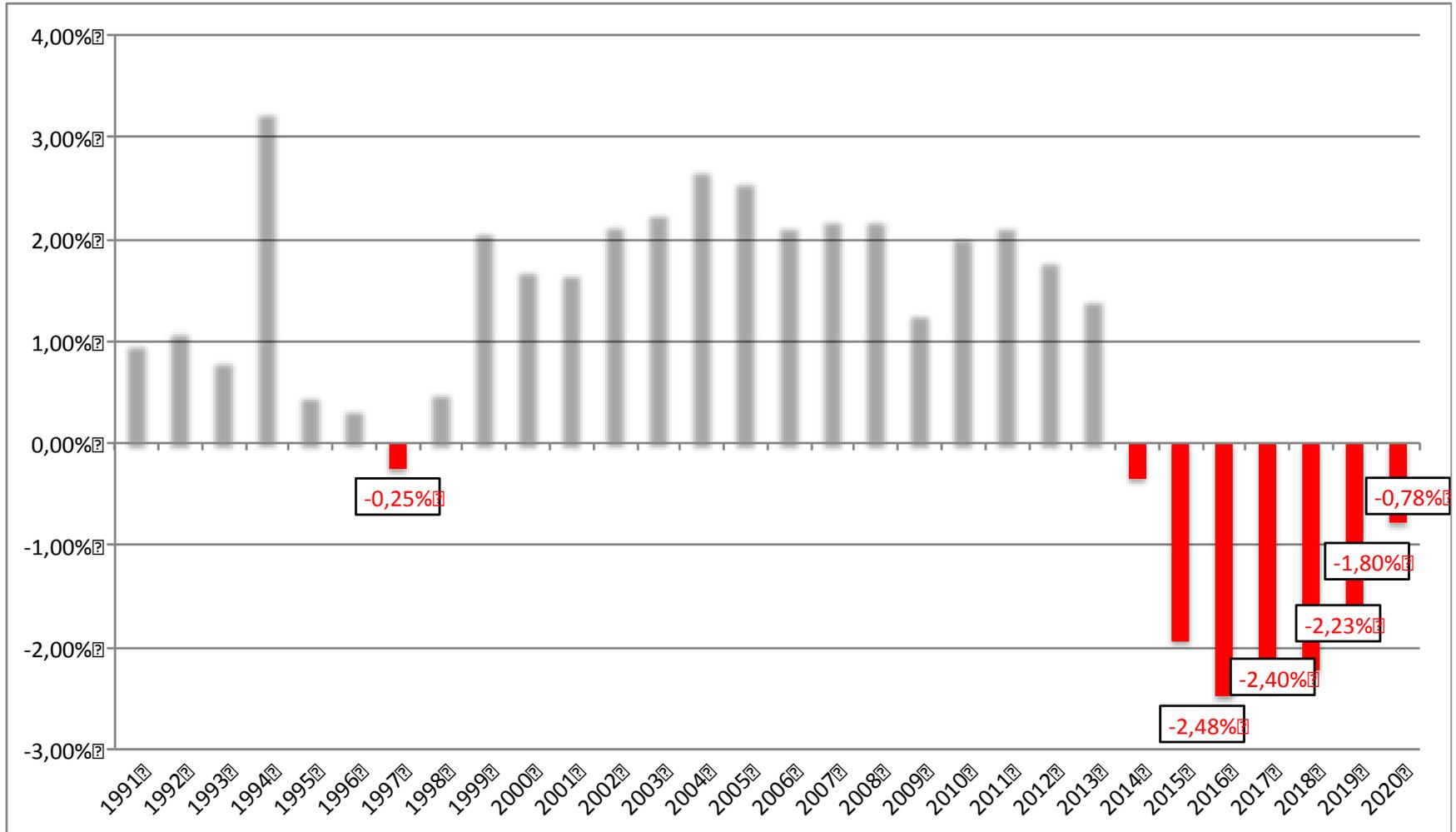




Ministério da Fazenda

Parte I - Resultado Primário

Resultado Primário (1991-2020) do Governo Central: Ajuste Gradual- % do PIB



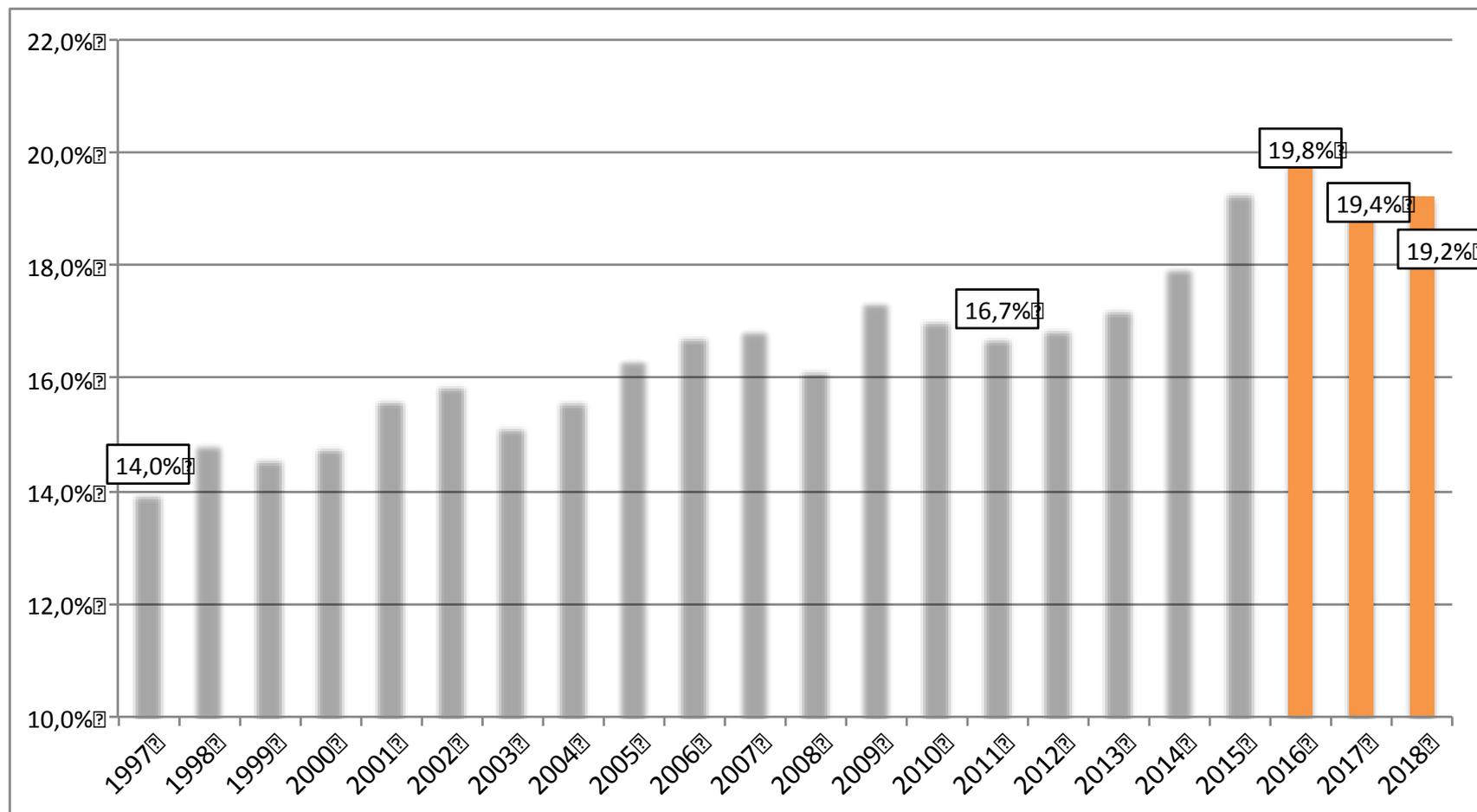
Fonte: BACEN e Tesouro Nacional

Pontos Importantes sobre o Resultado Primário

- O Brasil terá sete anos seguidos de déficit primário: 2014 a 2020. Ajuste fiscal gradual.
- O resultado governo central só voltará a ser superavitário, em 2021. A partir de 2020 governo começará a recuperar parte da receita que perdeu nos anos anteriores.
- Redução do déficit primário decorrerá de queda contínua da despesa primária como percentual do PIB. Em 2017 e 2018, o maior problema é queda da arrecadação (% do PIB).

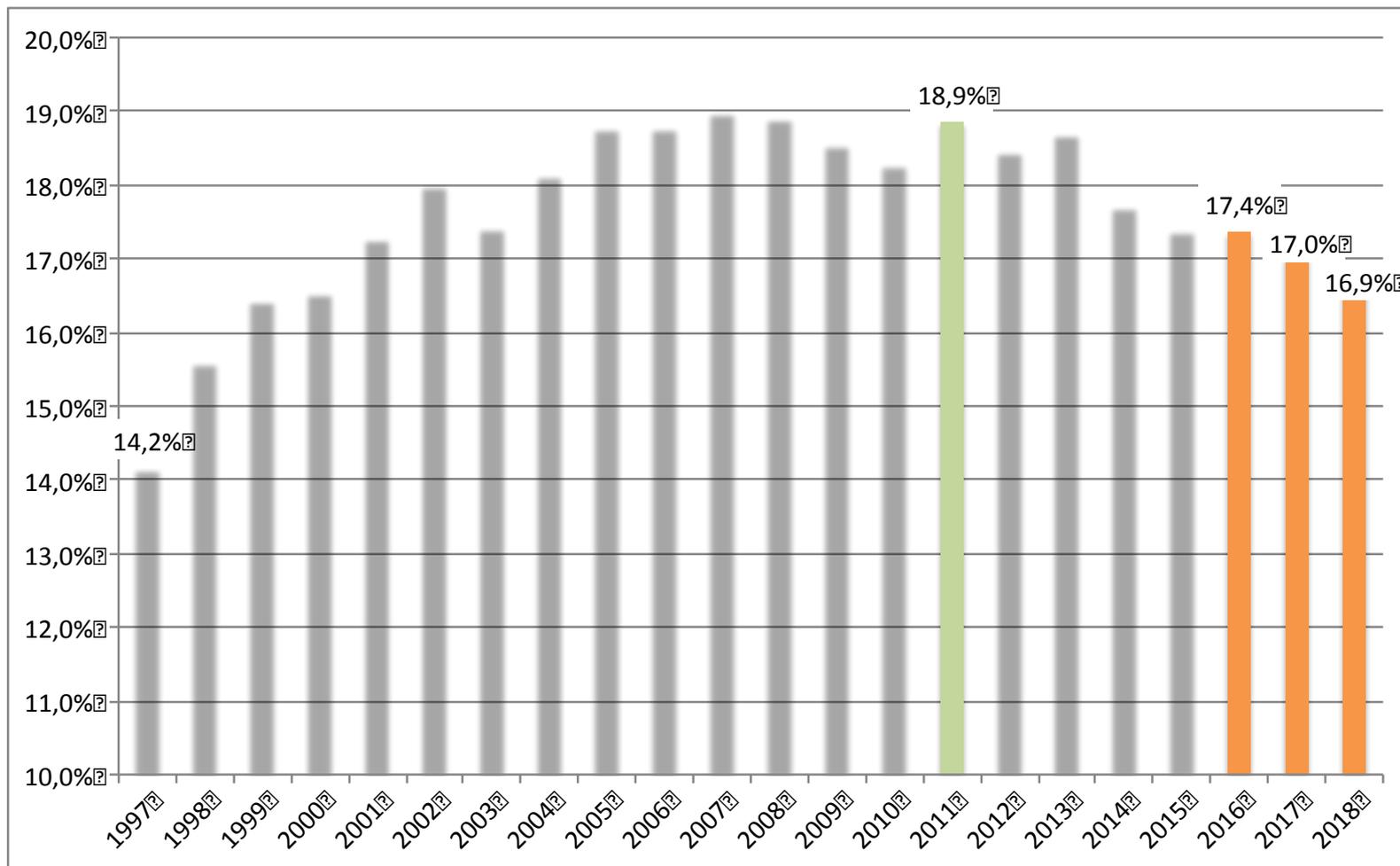
Despesa Primária – Governo Central: 1997-2018

- % do PIB



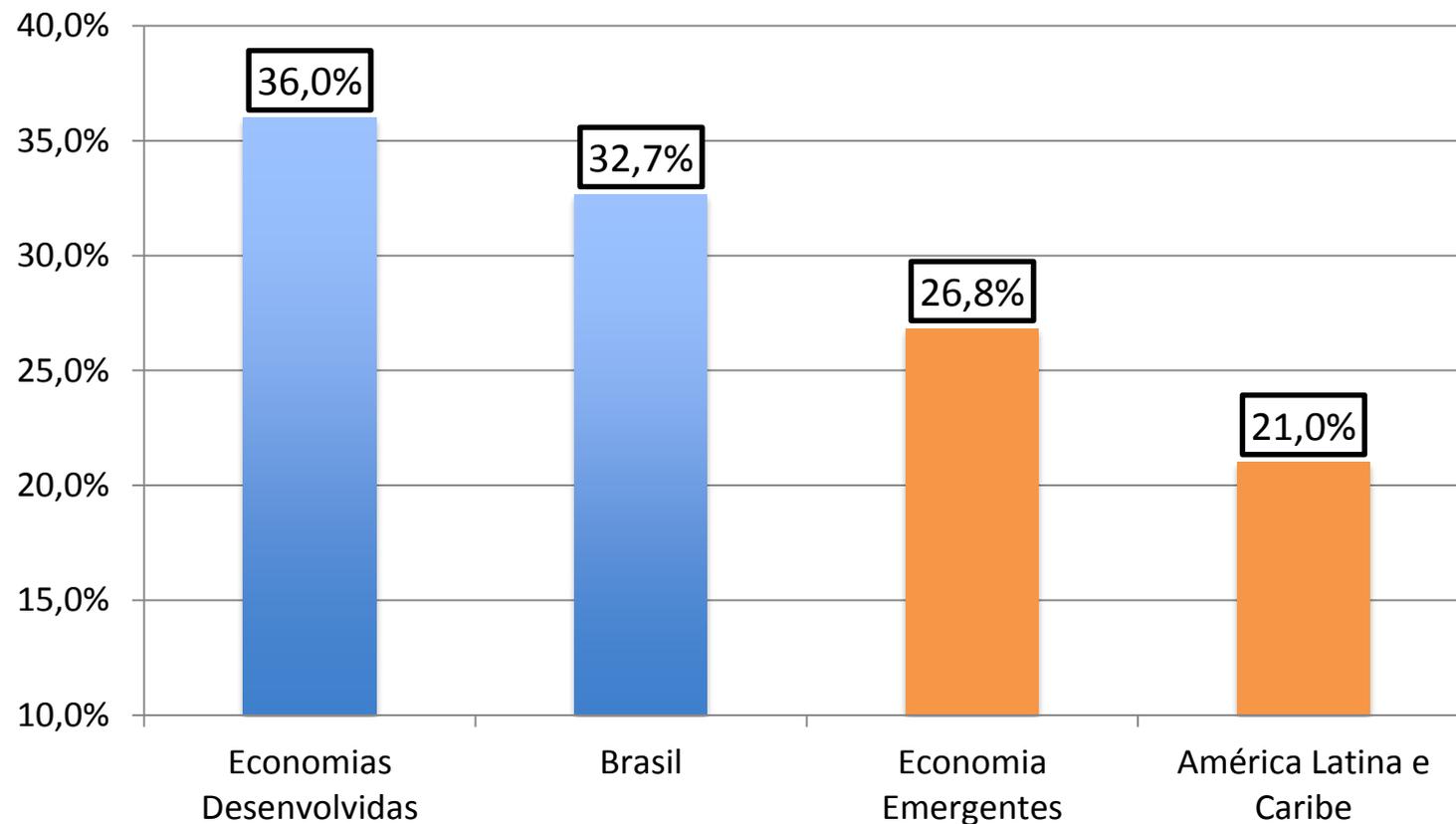
Fonte: Tesouro Nacional. OBS: 2017 e 2018 estimativas.

Receita Primária Líquida – Governo Central: 1997-2018 - % do PIB



Fonte: Tesouro Nacional. OBS: 2017 e 2018 estimativas.

Carga Tributária – % do PIB (2016) – FMI e OCDE



Despesa Primária do Governo Central – 1999 vs. 2016

	PESSOAL	INSS	SUBSÍDIOS	CUSTEIO ² ADMINISTRA TIVO	CUSTEIO ² SAUDE ¹ EDUC.	CUSTEIO ² GASTOS ² SOCIAIS	INVEST. ²	TOTAL
1999	4,4%	5,4%	0,1%	2,0%	1,7%	0,6%	0,5%	14,6%
2016	4,1%	8,1%	0,7%	1,5%	2,2%	2,2%	1,0%	19,8%
1999-2016	(0,3)	2,7	0,6	(0,4)	0,5	1,6	0,5	5,2

Fonte: SIAFI e Tesouro Nacional

- De 1999 a 2016, 82,6% do crescimento da despesa primária do governo central decorreu do crescimento dos programas de transferência de renda.
- Custeio Gastos Sociais = Bolsa Família + LOAS/BPC + demais itens da Assistência Social

DESPESA PRIMÁRIA GOV CENTRAL (JAN-JUL) R\$ bilhões correntes

	2016	2017	CRESC.
Pessoal (ativo e inativo)	42,51	64,34	1,83
Custeio	13,97	29,27	5,30
Investimento	1,06	9,95	(11,11)
TOTAL	87,54	13,56	6,02

CUSTEIO GOV CENTRAL (JAN-JUL) R\$ bilhões correntes

	2016	2017	CRESC.
Previdência Social (RGPS)	70,55	00,79	0,24
Assistência Social	45,60	48,44	2,84
Trabalho (FAT)	4,22	2,52	(1,70)
Educação	23,84	22,10	(1,74)
Saúde	3,55	4,17	0,62
Outras despesas de custeio	86,22	71,24	(14,97)
Custeio Total	14,0	29,3	5,3

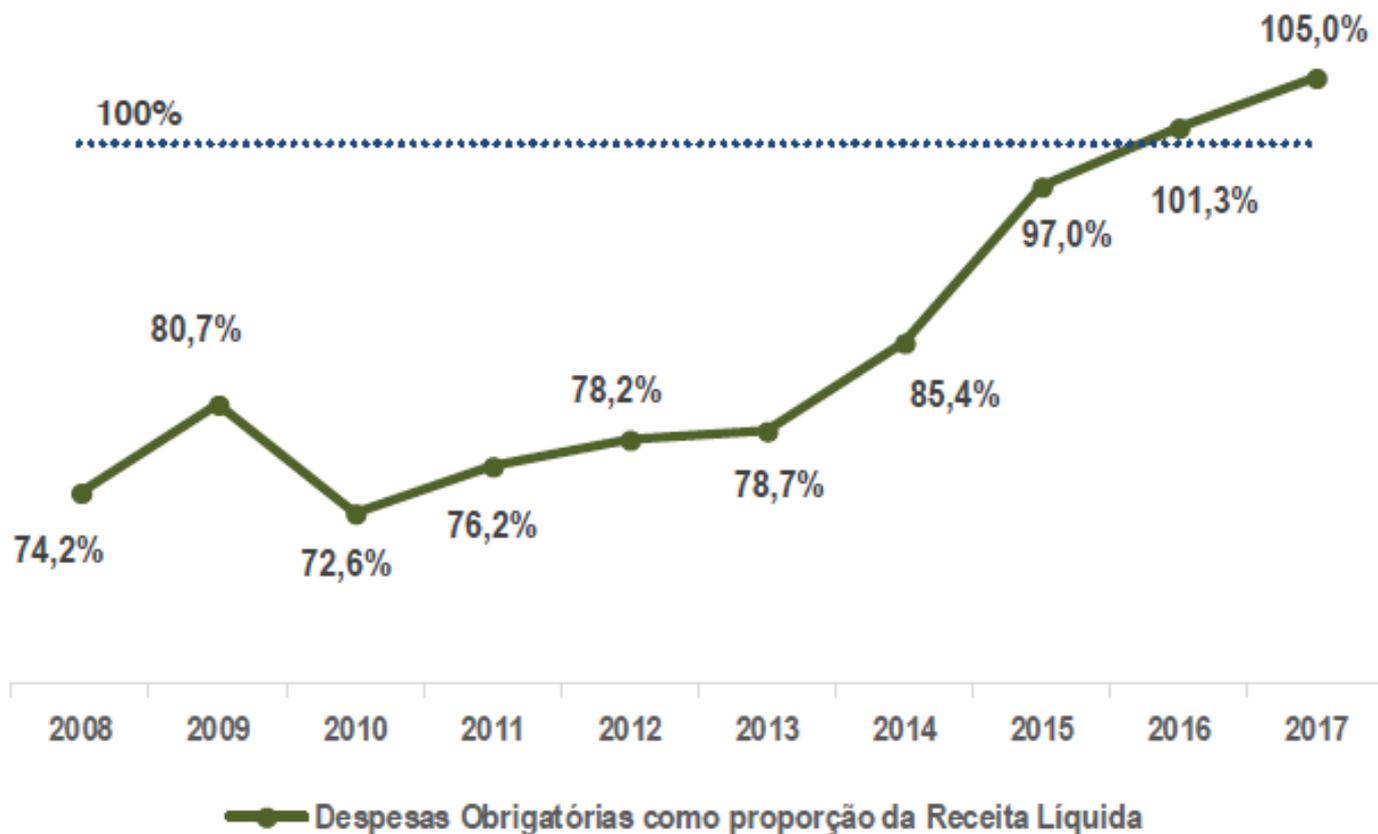
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO (JAN-JUL) em R\$ bilhões correntes

	2016	2017	CRESC.
Subvenções Econômicas	3,39	7,48	(5,91)
Sentenças Judiciais	5,43	8,55	3,12
Compensação do RGPS	2,41	9,33	(3,08)
Atualização Monetária/FGTS	3,12	2,63	(0,49)
Burocracia (custeio)	1,87	3,25	(18,62)
Outras despesas de custeio	86,22	71,24	(14,97)

Despesa de custeio com burocracia teve queda nominal de mais de 40% nos primeiros sete meses de 2017 ante 2016.

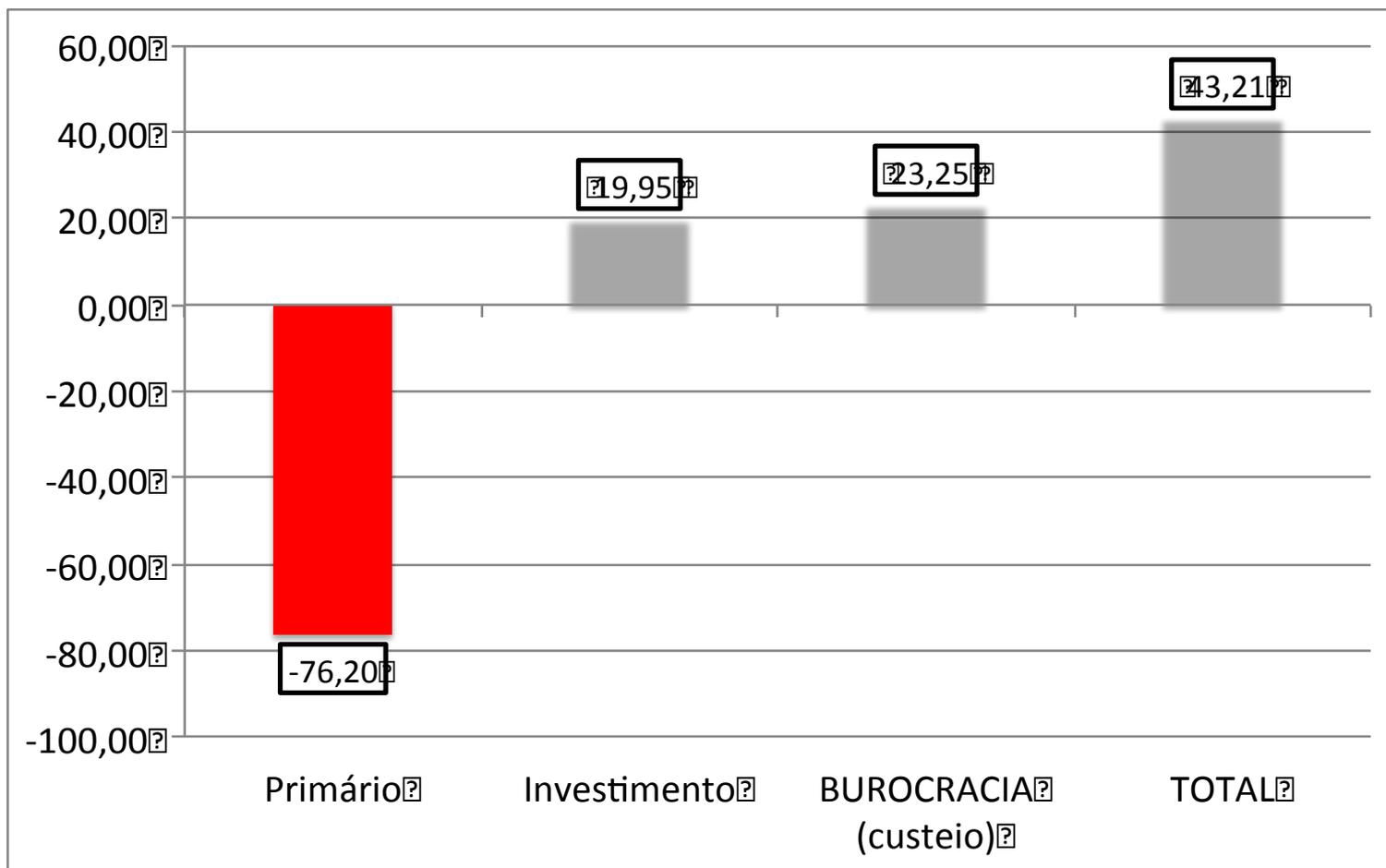
Essa conta exclui funções sociais: previdência, trabalho, assistência social, educação e saúde.

Despesas Obrigatórias 12 meses vs. Receita Líquida do Governo Central –até julho de 2017



*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

Resultado Primário vs. Burocracia (custeio) e Investimento (Jan-Jul 2017)

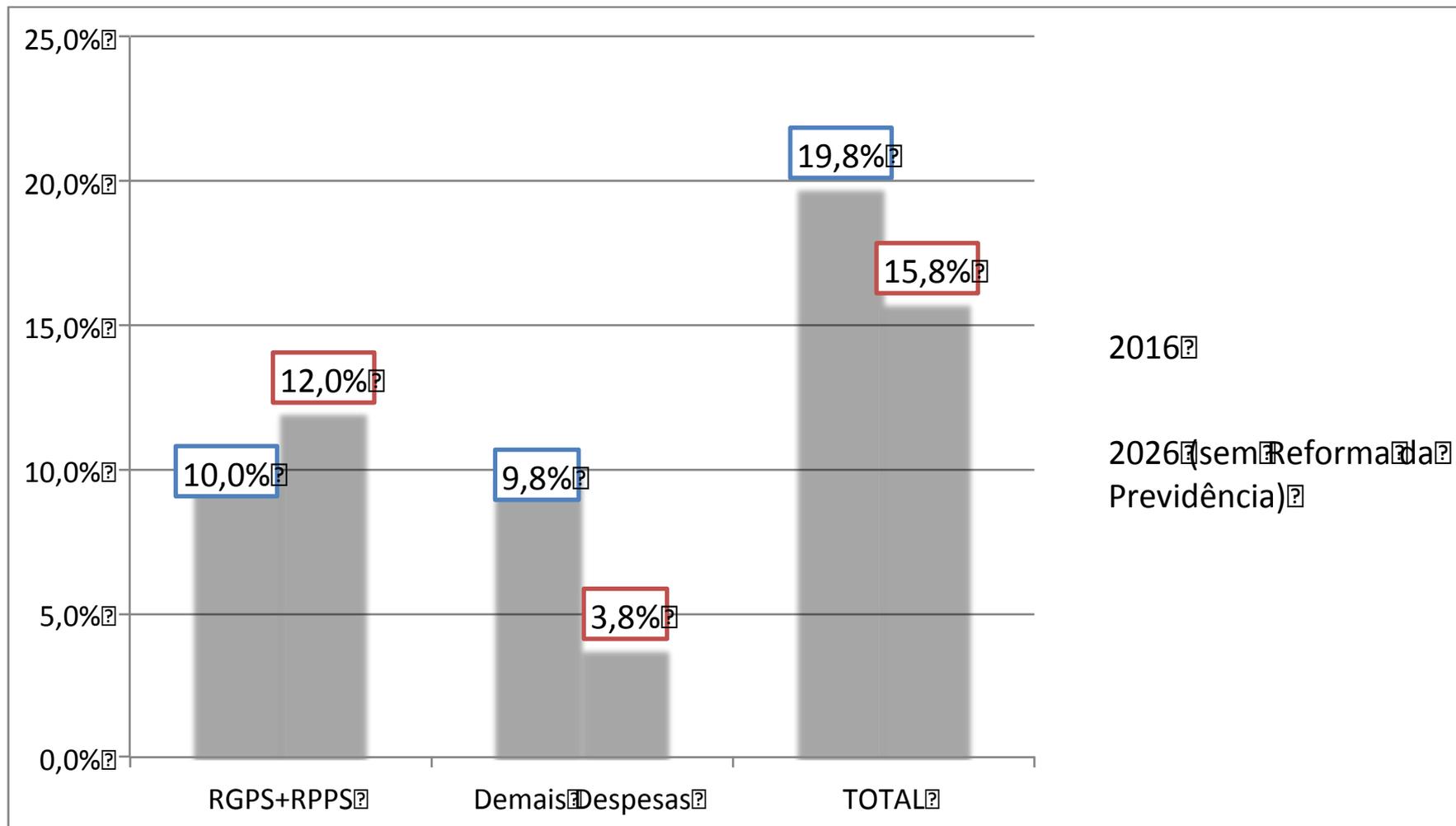


Fonte: SIAFI e Tesouro Nacional. OBS: Custeio sem funções sociais

Pontos Importantes

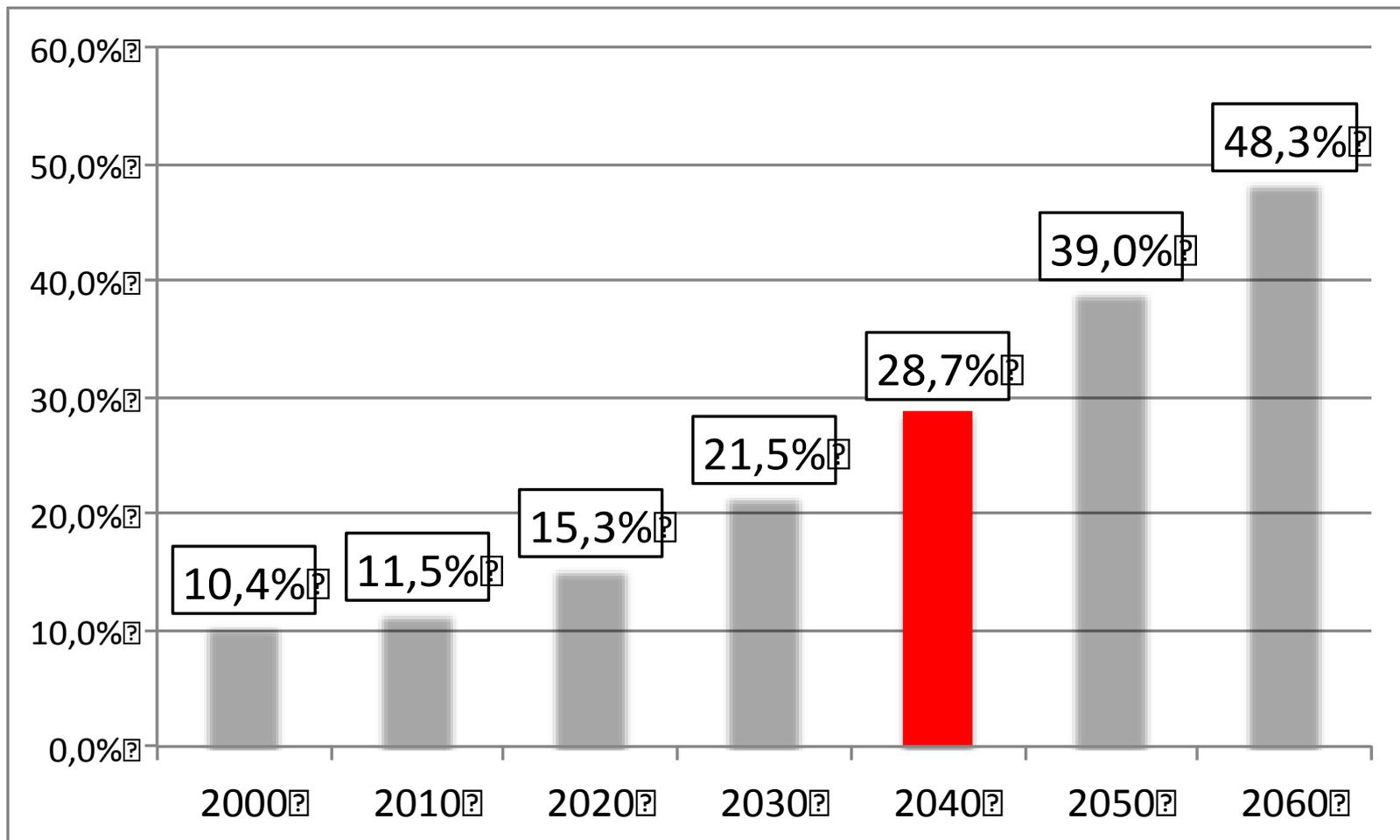
- Se governo cortasse todo o custeio não obrigatório preservando despesas sociais, economia seria de apenas R\$ 23 bilhões de uma despesa total de R\$ 713 bilhões de janeiro a julho de 2017.
- Mesmo que governo tivesse cortado toda a despesa discricionária (custeio e investimento) neste ano, mesmo assim o governo ainda teria tido um déficit primário de mais de R\$ 30 bilhões até julho.

EC 95/2016 – Sem Reforma da Previdência 2016-2016



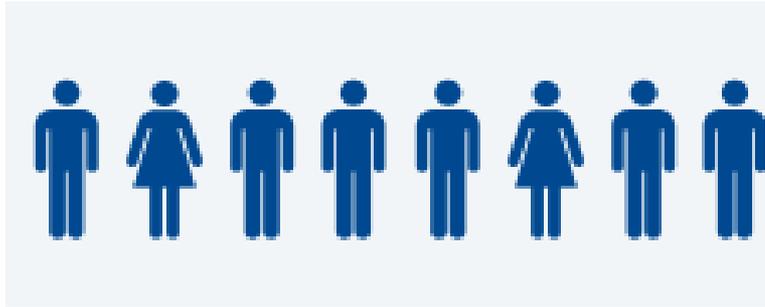
Envelhecimento da População Brasileira –

Pop. com 65 ou mais anos/População de 20-64 anos



Fonte: IBGE

Quantas pessoas idade ativa (20-64 anos) para cada pessoa com 65 anos ou mais de idade?



2015: 8 pessoas



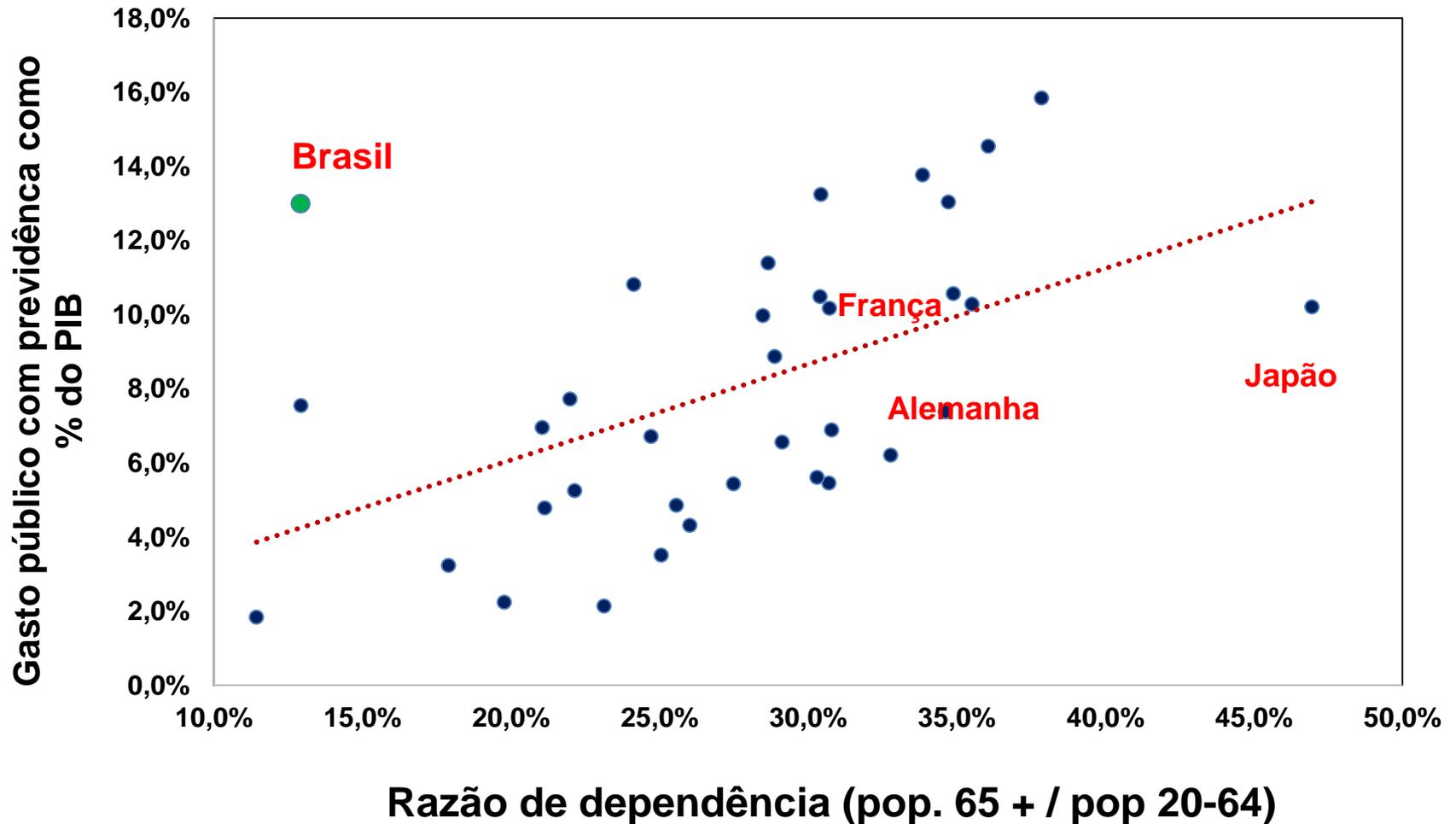
2040: 4
pessoas



2060: 2 pessoas

Fonte: IBGE

Para termos ajuste fiscal da EC 95/2016, será necessário mudar a previdência:





Ministério da Fazenda

Conclusão

- **Ajuste fiscal no Brasil só será possível com reforma da previdência.** Sem reforma da previdência, será preciso forte aumento de carga tributária de pelo menos 5-7 pontos do PIB até 2026 para termos superávit primário de 2% do PIB em 2026.
- **Ajuste fiscal pelo lado da despesa é necessariamente gradual.** Não há como transformar um déficit primário de R\$ 159 bilhões em superávit em um ou dois anos, depois de uma forte recessão.
- A velocidade do ajuste fiscal dependerá, além da EC 95, da velocidade de recuperação da receita primária do governo central. Governo federal perdeu quase 2 pontos do PIB de receita de 2011 a 2016.

- Temos uma excelente “janela de oportunidade” para continuarmos com as reformas: inflação baixa, juros baixos e volta do crescimento.
- Mercado precifica juros em um dígito até 2024, inflação por volta de 4% até 2020 e volta do crescimento para cerca de 2,5% a 3% ao ano.
- Se fizermos a reforma da previdência e com a EC 95/2016, entraremos em um novo ciclo virtuoso. O desafio passa a ser reforma tributária e agenda micro.

CDS- 5 anos Brasil – 2012-2017



Juros Reais – NTN-B (2022) – 2012-2017





**Ministério da
Fazenda**

Obrigado